Ata da Audiência Pública para tratar sobre os 17 ANOS DA LEI N° 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006, DENOMINADA LEI MARIA DA PENHA, de autoria da vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)**, realizada no dia dez de agosto de dois mil e vinte três, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. Por volta das nove horas da manhã, deu-se início a audiência pública com apresentação de um vídeo informativo sobre órgãos e entidades que atuam na defesa e proteção de mulheres vítimas de violência doméstica, participaram do vídeo representantes de órgãos como: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM; OAB/Subseção Santarém; Abrigo das Mulheres; Maria do Pará; Vara da Violência Doméstica; Parápaz; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM; Núcleo da Mulher; Procuradoria da Mulher e policiais integrantes da Patrulha Maria da Penha; Promotoria de Justiça; Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTRAS. Na sequência, a vereadora e propositora desta audiência **ENF. ALBA LEAL (MDB)** deu boas-vindas a todos, em seguida, convidou para compor a Mesa Oficial a senhora Raquel Campos – Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher – CMDM, neste ato representando o prefeito Nélio Aguiar e a Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social da SEMTRAS, senhora Celso Brito; Excelentíssimo Dr. Sidnei Pomar Falcão – Juiz da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Dra. Jessica Diniz Carvalho – representando a Promotoria de Justiça da Violência Doméstica e Familiar; Dr. Capitão Artur Peter Vinhote – Coordenador da Patrulha Maria da Penha; Daine Brelaz – Coordenadora do Parápaz; senhora Raimunda Silva – Coordenadora do Centro Maria do Pará; Soliene Sousa – Coordenadora de Assistência Social do Centro Regional de Governo; Rosileide Nogueira – Coordenadora do Abrigo de Mulheres Seaster; Marcela Ferreira – Conselho Municipal de Assistência Social; Dra. Jaqueline Mendes – representando a OAB; Yara Karipuma – representando a Secretaria Municipal de Educação - SEMED. Composta a Mesa Oficial, a vereadora **Enf. ALBA LEAL (MDB)** disse que gostaria que está Casa estivesse lotada de mulheres para debater um tema tão importante, que são os 17 anos da Lei Maria da Penha, lei que recebeu esse nome devido à luta por justiça da senhora Maria da Penha, vítima de violência doméstica. Em seguida, leu a justificativa para realização desta audiência pública e logo após, declarou oficialmente aberta a audiência, iniciando com apresentação do vídeo institucional já citado no início desta ata, que mostra a importância de se ter uma rede de proteção para acolher mulheres que são vítimas de agressões, intimidações e até tentativas de feminicidio e que não conseguem ir até uma delegacia por inúmeros motivos, para formular uma denúncia. Após a exibição do vídeo, convidou-se a senhora **DIANE BRELAZ – Coordenadora do Parápaz,** que pediu um minuto de silêncio pelo recente feminicídio ocorrido na cidade. Logo em seguida, disse que falar sobre violência doméstica não é um tema fácil, nem tão pouco batido e que é comum pessoas falarem que existem muitos direitos para as mulheres, que não se pode mais tocar acidentalmente no corpo de uma mulher ou dar uma cantada, pois existe a Lei de Importunação Sexual, existe também a Lei do Feminicidio que ampara não somente a mulher, mas até sua amiga, que muitas vezes é culpada pela separação do casal. Destacou que a Lei Maria da Penha está em vigor há 17 anos e que ela impulsionou a criação das duas leis já citadas. Segundo a coordenadora, embora muito tenha sido feito para proteger as mulheres vítimas de violência e, o município de Santarém se destaque como um município modelo em relação a rede de apoio para proteção dessas mulheres, ainda há um muito trabalho para ser feito. Disse que o Parápaz trabalha de forma integrada com a Policia Civil, Delegacia da Mulher e Delegacia da Criança e que em seu trabalho junto ao órgão. Frisou que tem observado nos atendimentos que a violência contra a mulher vem atingindo também as meninas, crianças e até bebês, que tem sido vítimas de abusos. Também há casos de meninas que se envolvem com homens mais velho que vão morar juntos, que são esses relacionamentos prematuros que trazem como consequência evasão escolar, gravidez precoce, violência doméstica para essas meninas, que na maioria das vezes são tratadas como mulher com maturidade para ter um relacionamento conjugal, quando na realidade elas não têm e, por conta disso acabam sofrendo humilhações, são instigadas e até agredidas fisicamente dentro da própria

casa, infelizmente, essa ainda é uma realidade comum na região. Também há outras situações de violência, citando o caso recente em que uma das filhas de uma senhora, uma menor de 15 anos de idade foi pedir ajuda numa UPP do bairro Santarenzinho, pois o pai havia sido preso há 6 anos por violência doméstica, porém, quando saiu do presidio retornou para a casa da ex-mulher, que pela falta de conhecimento jurídico acabou aceitando por acreditar que o mesmo tivesse direitos na casa. Mas, felizmente, a filha solicitou o apoio policial, o que possibilitou trazer a mãe e as duas filhas, que visivelmente estavam debilitadas e traumatizadas devido à violência que vivenciaram, nessa situação solicitou a Medida Protetiva e pediu o afastamento da casa, também foi incluído no Boletim de Ocorrência o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha para essas vítimas. Frisou que muitas mulheres não denunciam e são inúmeros os motivos que levam as mulheres vítimas de violência doméstica a não denunciar seus agressores, dentre eles: a preocupação com os filhos; a dependência financeira do agressor; medo; vergonha; desconhecimento das leis de proteção e até medo dos julgamentos alheios, por isso, o profissional para atuar nessa área precisa ter empatia, saber se colocar no lugar do outro sem julgamentos. A coordenadora do ParáPaz, destacou a importância da rede apoio, que conta com aluguel social; abrigo para mulheres vítimas de violência; a Patrulha Maria da Penha e até empresários que participam das campanhas através de doações de cestas básicas. Em sua fala, externou sua indignação por todos os feminicidio que vem acontecendo e pelas crianças e adolescentes que sofrem todo tipo de violência dentro de suas casas. Em seguida**,** a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** tendo em vista a ausência de alguns convidados, sugeriu uma roda de conversa, em sequência, concedeu a fala a enfermeira **ROSILEIDE NOGUEIRA – Coordenadora do Abrigo de Mulheres Seaster,** que falou sobre a importância desta audiência abordando a temática da violência contra mulher e que sentiu falta da presença de mais parlamentares neste debate. Ressaltou a união dos órgãos e agentes que compõem a rede de proteção e apoio as mulheres vítimas de violência doméstica. Também falou da dependência financeira que algumas mulheres tem de seus agressores e que esse é um dos motivos que fazem com que as vítimas não levem adiante as denúncias, retornando com o agressor. Em seguida, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou a presença da senhora Jessilane Ferreira Silva – representante do CITA; enfermeira Larissa Ricarda – Conselheira Municipal da Condição Feminina, Monique Xavier – representando a Procuradoria da Mulher; registrou ainda as presenças das senhoras Noeli Moraes – Núcleo de Políticas Públicas para Mulher; Vânia de Oliveira – pedagoga do Centro Maria do Pará; Elizangela Leal – representando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Sônia Ribeiro – representante da Patrulha Maria da Penha. Fazendo uso da palavra, a senhora **RAIMUNDA SILVA – Coordenadora e Assistente Social do Centro Maria do Pará** explicou sobre o trabalho realizado no Centro, que conta com uma equipe multiprofissional para atender as mulheres vítimas de violência doméstica, fazendo o acompanhamento técnico dessas vítimas. Explicou que a maioria das mulheres que estão sendo atendidas no Centro Maria do Pará não foram na Delegacia, não fizeram um Boletim de Ocorrência e por isso, não possuem Medida Protetiva, porém, elas procuraram ajuda e estão sendo acompanhadas pela psicóloga, pois muitas delas estão com depressão, traumatizadas por conta da violência sofrida, seus filhos também apresentam alguma doença mental e psicológica, muitas vezes precisam serem acompanhados pelo CAPS-I, alguns até precisam tomar medicação tarja preta por terem desenvolvido doenças graves. Explicou que a violência doméstica se inicia pela violência psicológica, com o parceiro proibindo a mulher de estudar, e essas mulheres normalmente não concluíram o ensino fundamental ou médio e, como não possuem nenhum tipo de qualificação profissional sentem medo de romper a relação, pois não terão como se manter financeiramente e nem manter seus filhos. Nesse sentido, o Centro Maria do Pará trabalha para mudar a mentalidade dessas mulheres, mostrando que são capazes de aprender algum oficio, de voltar a estudar e de manter seus filhos através do trabalho. O Centro, também possui uma advogada que dá orientações jurídicas no que concerne aos direitos em relação a divisão de bens no caso de separação, pois os companheiros das vítimas costumam dizer que elas não possuem direitos já que nunca trabalharam fora de casa. Também são dadas orientações em relação a guarda

da criança; a pensão alimentícia e divórcios. Todas essas ações são feitas no Centro Maria do Pará, elas também podem permanecer no Centro pelo tempo que necessitarem. Em relação a capacitação profissional, são ofertadas oficinas e realizados encaminhamentos para entidades parceiras do Centro, que está aberto a todas as mulheres que sofreram ou sofrem algum tipo de violência, independentemente de ter Medida Protetiva ou não, Boletim de Ocorrência ou não. O Centro Maria do Pará está funcionando provisoriamente nos altos do Mercadão 2000 e atende as mulheres que moram em regiões de rios, planalto e da cidade. Ao final, a coordenadora do Centro Maria do Pará, concluiu sua fala pedindo o apoio desta Casa e do Poder Executivo para concluir o prédio que irá funcionar definitivamente e possibilitará um melhor atendimento a essas mulheres. Logo após, a parlamentar **ENF. ALBA LEAL (MDB)** destacou algumas pautas importantes, dentre elas a intensificação de ações de prevenção e projetos de fortalecimento da família; atendimento e acolhimento humanizado para as mulheres nos órgãos de atendimento à mulher; capacitação continuada para os profissionais. Fazendo uso da palavra, a senhora **RAQUEL CAMPOS - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM**, neste ato também representando o prefeito Nélio Aguiar e a Secretária de Trabalho e Assistência Social Celsa Brito, falou sobre as conquistas e os desafios no enfrentamento a violência contra a mulher. Destacou que existe uma grande rede de proteção à mulher, formada por vários segmentos que compreendem a justiça; segurança pública; saúde; educação e assistência social no município, também há o Núcleo de Políticas para Mulheres que trabalha articulação e execução de políticas públicas voltadas para as mulheres, através de projetos como o projeto Valoriza Mulher realizado no ano passado, que levou vários serviços para as mulheres. Em seguida, falou que CMDM faz parte da assistência social e que é formado por entidades governamentais e também da sociedade civil, e que este Conselho possui o papel de fiscalizador e de propor a criação de novas políticas públicas voltadas às mulheres. Explicou que existem outros equipamentos públicos voltados a proteção, como o Centro Maria do Pará; CREAS e o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS que trabalha também o acolhimento da mulher em seu bairro e que também possui a prerrogativa de encaminhar as mulheres vítimas de violência aos órgãos de proteção. Informou que está em tramitação a criação de um aplicativo em parceria com o Projeto Inova Juntos, de Portugal, que proporcionará a comunicação da mulher com uma rede de proteção e também com empresas parceiras para cadastrar seu *curriculum;* também está em tramitação a criação da Casa da Mulher Brasileira que reunirá toda a rede de proteção em um só lugar. Em sua fala, sugeriu a criação da Secretaria Municipal dos Direitos da Mulher no município de Santarém. Em seguida, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou a presença do senhor "Camarão" que atua na segurança pública da grande área do bairro Santarenzinho. Na sequência, o **Dr. SIDNEI POMAR FALCÃO – Juiz da Vara da Violência Doméstica e Familiar contra à Mulher,** disse ter assumido a Vara da Violência Doméstica há pouco tempo, porém, comprometeu-se a trabalhar em prol da defesa das mulheres que sofrem violência e pediu o apoio de todos os órgãos e entidades envolvidos na proteção das mulheres, bem como o apoio deste Poder Legislativo. O juiz falou da importância da temática deste debate e que gostaria de ver mais pessoas presentes, pois a audiência pública é uma oportunidade que a sociedade civil e os poderes constituídos têm para se reunir e discutir assuntos pertinentes. Enfatizando que o principal motivo da realização desta audiência é para lembrar os 17 anos de criação da Lei n° 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, que veio ao encontro dos anseios da sociedade para proteção à família, pois quando acontece uma violência contra a mulher toda a família sofre. Em seguida, informou que até a data de hoje, foram 1.409 ações ajuizadas na Vara da Violência Doméstica, uma média de mais de 200 ações por dia, um número bastante expressivo, sendo que a maioria dessas ações são Medidas Protetivas. No ano passado foram 6 tentativas de feminicidio e 3 atos consumados, neste ano já foram 03 feminicídios consumados e 03 tentativas. Por isso, concluiu que a violência praticada contra a mulher é um tema muito complexo, por isso é importante encontros como este para que se discutam estratégias e divulguem informações e medidas que deverão ser adotadas, provindas dessas reuniões. O **Dr. CAPITÃO ARTUR PETER VINHOLTE – Coordenador da Patrulha Maria da Penha** explicou que o

trabalho da Patrulha Maria da Penha é direcionado para prevenção, através de visitas nas casas das mulheres assistidas, mas que também é voltado a levar o conhecimento, instrução e educação para toda população, tanto adultos como jovens e adolescentes que precisam conhecer a Lei Maria da Penha e o que ela pode acarretar na vida de cada um. As mulheres precisam ter conhecimento dos seus direitos, das medidas protetivas como afastamento do lar; impedimento de manter contato com a vítima, dentre outros. A Patrulha Maria da Penha também realiza um trabalho junto aos homens, maridos, realizando palestras educativas nas empresas mostrando aos homens que não existe só violência física, mas existem vários tipos de violência como psicológica; moral; patrimonial e sexual, por isso mulher precisa aprender a reconhecer esses tipos de violência para que ela seja capaz de impedir que chegue até a violência física e esta, evolua para o feminicidio. Só esse ano foram atendidas 400 Medidas Protetivas, mas o número de mulheres que precisam dessa medida é bem maior, todavia, muitas não denunciam, não buscam ajuda na rede. Nesse sentido a Policia Militar e o CPR1 tem o desejo de expandir ainda mais o atendimento da Patrulha Maria da Penha para atingir esse público reprimido. O vereador **enf. MURILO TOLENTINO (PSC)** chamou atenção para a Medida Protetiva que muitas vezes não é respeitada pelo agressor, sugerindo o chamado "Botão do Pânico", onde as vítimas sob Medida Protetiva podem acionar no caso do agressor não respeitar a ordem de afastamento. Para o parlamentar, os governos estaduais e municipais devem investir também nesses mecanismos tecnológicos para dar maior proteção, o Poder Legislativo pode criar através de uma lei, todavia, esse Poder é muito limitado, precisaria do aval do Poder Executivo. Disse que o município tem concedido para algumas famílias carentes um Auxílio Moradia no valor de trezentos reais, esse benefício poderia ser estendido as mulheres que estão em situação de vulnerabilidade por causa da violência doméstica. Infelizmente, no estado do Pará os índices de violência contra a mulher são altíssimos, algumas pessoas atribuem essa situação a questão cultural, mas agressão não é cultural, a violência não pode ser aceitável, agressores devem ser punidos. O parlamentar chamou atenção para a violência que a mulher sofre no ambiente de trabalho que nem sempre é uma violência física, mas pode ser um assédio moral, sexual, violência psicológica, porém, todos esses tipos de violência devem ser combatidos e os agressores punidos. Reconheceu que a rede de proteção funciona, apesar das limitações financeiras, e que as leis de proteção estão ficando mais rigorosas, todavia, ainda é preciso criar leis municipais e estaduais que financiem essa proteção. Dando prosseguimento a audiência, a vereadora **ENF. ALBA LEAL(MDB)** registrou a presença do vereador Carlos Silva (PODE) autor do Projeto de Lei Drink La Penha, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa e que já teria sido sancionado pelo prefeito Nélio Aguiar. Ato continuo, a parlamentar solicitou a exibição do vídeo institucional da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Santarém, que no período de janeiro a junho/2023 teve 16 (dezesseis) casos registrados. Fazendo uso da palavra, o vereador **CARLOS SILVA (PSC)** disse que não se pode mais admitir que mulheres vivam aprisionadas dentro de suas casas e sendo agredidas pelo seus companheiros e até assassinadas na frente de seus filhos. Para o parlamentar, o homem não pode pensar que a mulher é sua propriedade e que, infelizmente, muitas mulheres se submetem a essas situações por dependência emocional e financeira. Em seguida, falou sobre o Projeto de Lei de sua autoria e que foi aprovado por unanimidade nesta Casa e agora sancionada pelo prefeito Nélio Aguiar, denominada Lei Drink La Penha que será mais um instrumento de ajuda para proteção das mulheres. Para o parlamentar, a Lei Maria da Penha foi um avanço muito grande no combate a violência, porém, ainda falta criar punições mais severas contra os agressores, esse papel cabe aos deputados estaduais e federais que devem criar leis com penas mais duras. Prosseguindo audiência, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** informou que está em tramitação um Projeto de Lei de autoria do vereador Silvio Neto, que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra Mulher e incluirá conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica no âmbito do município de Santarém. Destacou ser um projeto importante que levará o debate e o conhecimento para toda rede escolar incentivando a prevenção e o combate a esse tipo de violência. Com a palavra a **Dra. JACKELINE MENDES** destacou a importância desta audiência estar sendo realizada na Câmara,

pois são os vereadores que estão mais próximos da população, principalmente da população que vive nas regiões ribeirinhas e de várzea. Em seguida, falou que o Projeto de Lei proposto pelo Presidente e vereador desta Casa, Silvio dos Santos Neto é de iniciativa da OAB, através da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, pois este instituto entende a necessidade de se trabalhar junto à comunidade escolar a temática da violência doméstica, capacitando o corpo docente para o atendimento, acolhimento e para receber as demandas que os alunos poderão trazer de dentro de suas casas. O objetivo do Projeto de Lei também é alcançar as mães e os pais dos alunos que estejam passando por esse tipo de situação, pois é importante trabalhar a conscientização e reeducar os meninos e os homens para que no futuro não se tornem agressores, ou mesmo aqueles que já são agressores possam mudar seu comportamento através do conhecimento, pois a violência doméstica tende afetar toda a família. Também falou da necessidade de se destinarem mais recursos aos órgãos de proteção dos direitos das mulheres e de se criar mais políticas públicas voltadas a fortalecer essa rede de proteção. Finalizou sua fala, esclarecendo que as mulheres não querem competir com os homens e que também não querem ser tratadas como objeto, querem apenas seus direitos respeitados, direitos esses que foram conquistados com muito sofrimento por mulheres que já passaram por isso. Informou que recentemente foi derrubada por unanimidade no Supremo Tribunal Federal – STF a tese jurídica "legitima defesa da honra", utilizada juridicamente por muitos homens para se defender e justificar os crimes praticados contra as mulheres. Ressaltou a importância da união de todos os órgãos e entidades que compõe a rede de proteção para as mulheres para que se continuem combatendo a violência que atinge todas as faixas etárias e classes sociais. Fazendo uso da palavra, a **DRA. JESSICA DINIZ – Assessora Ministerial**, neste ato representando a Promotora de Justiça Dra. Silvana Nascimento. Destacou a criação da Lei Maria da Penha como um importante marco no enfrentamento a violência doméstica no país, nesses últimos 17 anos, muitos avanços aconteceram, mas ainda há muitos desafios que precisam ser enfrentados. Nesse sentido, em nome da Promotoria de Justiça de Violência Doméstica reafirmou o compromisso do Ministério Público em atuar na defesa e promoção de um ambiente seguro e igualitário para todas as mulheres e livre da violência de gênero. Fazendo uso da palavra, a senhora **SOLIANE SOUSA –Coordenadora de Assistência Social do Centro Regional de Governo**, neste ato representando o Secretário de Governo, José Maria Tapajós, falou que o momento tem sido muito difícil pois estão vivenciando um aumento de todo tipo de violência contra mulher, apesar dos grandes avanços no combate a violência nesses 17 anos da Lei Maria da Penha; todavia, ela por si só não tem sido suficiente para erradicar a violência, é preciso a união de todos para combater o machismo que está enraizado na sociedade. A mulher deve ter autonomia para decidir tudo em sua vida, independente da opinião do homem, a mulher tem direito de buscar sua independência financeira e estar livre de toda e qualquer violência. Nesse sentido, o governo do Pará vem trabalhando pelo fortalecimento da transversalidade e diversidade, apoiando programas que estimulam a autonomia financeira das mulheres, por meio do empreendedorismo, através de programas de microcrédito, o Empodera e de construções de creches para que a mulher possa ingressar no mercado de trabalho na certeza de que seus filhos estejam em segurança; também tem apoiado a criação de novas delegacias para mulheres, como a de Santarém, mas sempre levando em conta que também deve haver uma construção diária para mudar a mentalidade machista dos meninos e jovens. A Conselheira, **MARCELA FERREIRA - Conselho Municipal de Assistência Social,** neste ato representando a Secretária Municipal de Saúde senhora Irlane Figueira, informou que as situações de violência que são identificadas nas Unidades de Saúde – UBS são encaminhadas para os órgãos competentes, por isso a importância do profissional de saúde conhecer a rede de proteção e quais são as atribuições de cada órgão que compõem essa rede. Fazendo uso da palavra, a senhora **JESSILANE BORARI – Coordenadora da Educação Escolar Indígena (SEMED), Presidente da Associação Indígena do Distrito de Alter do Chão e membra do Conselho Indígena Tapajós – Arapiuns – CITA,** agradeceu pelo convite e informou que em Alter do Chão existe um departamento para mulheres indígenas, coordenado por Ely Tupinambá e a Associação

de Mulheres Indígenas – Suraras do Tapajós. Registrou que esses segmentos são voltados para trabalhar com as mulheres nas mais de 70 aldeias da região do Tapajós, levando para essas mulheres o conhecimento sobre seus direitos através de palestras, incentivo aos estudos, capacitação para adquirir um novo oficio para sua independência financeira, também se tem levado o apoio psicológico para aquelas que precisam, e possibilitado o acesso à saúde. Tem se incentivado as mulheres indígenas a desenvolverem seus talentos na arte, na música, entre outras habilidades, porque todas as mulheres independentes de raça e etnia, precisam e devem ser valorizadas. Na sequência, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou a presença da senhora Marlen Rego – Coordenadora da Proteção Social da SEMTRAS. Ato continuo, passou a palavra para a senhora **YARA KARIPUNA**, neste ato representando a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, que enfatizou a relevância de Lei Maria da Penha e que na sua atuação como psicóloga dentro da SEMED tem buscado realizar um trabalho de prevenção e combate à violência dentro das escolas, levando temas transversais para serem debatidos nestes espaços, já que a escola tem sido uma porta de entrada para identificar quando as mulheres estão sendo vítimas de violência doméstica. Esse tipo de violência reflete em toda a família, muitas das crianças e adolescentes que vivem essa situação acabam por reproduzir a violência dentro do ambiente escolar, verificou-se que durante o período da pandemia do covid-19, em que os pais violentos passaram a conviver mais tempo juntos, essa situação refletiu no comportamento dos filhos que ficaram mais indisciplinados e agressivos dentro da escola. Disse ainda, que tem se trabalhado muito dentro da cidade a questão da violência doméstica, porém, essa também é uma realidade frequente em regiões de planalto e de rios, onde predomina uma grande desinformação. A maioria das mulheres que vivem nessas regiões desconhecem que existe uma rede de proteção, por isso, é importante levar a informação de que existem leis que podem ampará-la em situações de violência doméstica e que existem vários tipos de violência desde a patrimonial, psicológica, moral, sexual e a violência física que costuma acontecer depois de todas essas outras. A vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou a presença da Dra. Simone Sena – Diretora e Tesoureira do Conselho Regional de Farmácia no Pará e também coordenadora do Grupo técnico de mulheres do Conselho Regional de Farmácia Pará – Manasfarma; Elizabete Sinara Santos Mota – Assessora farmacêutica da Seccional Oeste do Pará; 52 alunos do curso técnico de informática e saneamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará –IFPA/Campus Santarém e o professor Eden Salomão e a professora Valéria Lopes do IFPA. Franqueada a palavra para o senhor **CAMARÃO - Presidente do Conselho de Segurança do bairro Santarenzinho**, disse observar com tristeza diversas situações de violência praticadas contra as mulheres, citando o caso recente do feminicidio ocorrido neste bairro, em que uma mulher foi assassinada pelo seu ex-marido na saída de um supermercado. Também disse que é comum mulheres que são vítimas de violência doméstica, ao serem acompanhadas por ele até a delegacia, desistirem de denunciar o agressor, isso se deve ao medo e, em muitos casos a dependência financeira dos seus companheiros. Enfatizou que é importante levar a informação e conhecimento até ao ambiente escolar, trabalhando o machismo, pois as mulheres merecem ser respeitadas. Fazendo uso da palavra, a senhora **SÔNIA RIBEIRO – Patrulha Maria da Penha,** informou que existe um número de telefone funcionando 24 horas, destinado a atender as mulheres que são assistidas pela equipe da Patrulha Maria da Penha, também foi colocado à disposição uma patrulha junto a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM e o Parápaz. Ressaltou que a Patrulha Maria da Penha está à disposição para receber denúncias de violência praticada contra a mulher e que também faz parte da Campanha Agosto Lilás, pelo fim da violência contra a mulher. Quanto aos atendimentos pela Patrulha, informou que foram mais de 1.430 visitas diárias em residências até o momento. Em seguida, ressaltou que é dever de todos quando se tem conhecimento, denunciar casos de violência praticadas contra a mulher, pois a omissão pode resultar em um feminicídio. Falou ainda sobre a urgência em se levar conhecimento a todas mulheres sobre os seus direitos e aos homens, que é crime a violência doméstica e sobre as punições para quem pratica. Destacou a importância da educação no ambiente familiar para a construção de uma sociedade menos machista

e que respeite as mulheres. Com a palavra, o **professor MARCICLEI – Coordenador do Núcleo da Pessoa com Deficiência na SEMTRAS,** falou sobre o papel importante desempenhado pela mulher na sociedade, em vários setores e sobretudo dentro da família, por isso é importante que seja ensinado desde cedo sobre o valor feminino, sobretudo da mulher que gera a vida, pois ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém, visto que é preciso que os praticantes desse tipo de crime saibam que serão punidos. Enfatizou a importância de se educar para que o filho saiba respeitar sua mãe, o marido respeitar e honrar sua mulher. E, se por ventura o relacionamento estiver enfrentando problemas, dialoguem ou separem, mas nunca usem da violência. Em seguida, informou que todo e qualquer ato de violência praticado contra as mulheres trará grandes consequências. A sociedade santarena, entes públicos, privados, famílias, pessoas físicas, todos precisam se unir para defender o valor feminino através da atitude preventiva, educativa e corretiva. Na sequência, a senhora **ELIZANGELA LEAL – Sindicato Rural dos Trabalhadores de Santarém**, informou que o Sindicato vem promovendo rodas de conversas com mulheres, levando conhecimento e informações dentro das bases que compões as 9 regiões, mas que apesar dessas ações, infelizmente, ainda se escuta relatos de mulheres que são estupradas dentro de suas comunidades, dentro de suas casas. Em seguida, informou que o Sindicato estará realizando a 7ª edição da marcha denominada "Marcha das Margaridas" em que participarão várias mulheres do Brasil e do mundo, que estarão reivindicando seus direitos e melhores condições de vida, pois a mulher deve ser respeitada e amada e não machucada e torturada. Frisou que lugar de mulher é onde ela quiser e nenhum homem não pode mandar em sua vida, pois hoje as mulheres são protagonistas de sua história. Na sequência, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** registrou a presença do servidor Ednairo Barbalho – Coordenador da Escola do Legislativo na Câmara Municipal de Santarém. Em seguida, solicitou mais empatia dos profissionais que atendem as mulheres vítimas de violência e da necessidade de sair com encaminhamentos desta audiência. A parlamentar relembrou casos recentes de feminicidio, citou o nome de algumas mulheres vítimas desse crime, lamentando que foram quatro feminicídios em apenas um semestre. No caso ocorrido com a Tais Marialva, a família ficou aguardando desde às 03:30 da madrugada até 16:30 da tarde o Centro de Pericias Renato Chaves – CPC vir fazer a remoção do corpo. Disse que o CPC demorou muito para chegar causando revolta na família. A vereadora disse que presenciou toda aquela situação de sofrimento dos familiares sem poder fazer nada. Por isso, afirmou que quando os parlamentares solicitam a presença da Policia Civil e dos órgãos de segurança pública nas regiões mais afastadas dos centros urbanos é por que conhecem a realidade das pessoas, as atrocidades que são cometidas com crianças, como abusos sexuais causados pela própria família. Na sequência, solicitou mais celeridade por parte dos órgãos públicos quando acionados, mais empatia para atender as pessoas que residem nas nessas regiões distantes, sobretudo regiões ribeirinhas. Em seguida, colocou a Câmara à disposição para qualquer ação, programação, projeto que apoie as mulheres que sofrem esse tipo de abuso. Na sequência, o professor **MARCELO PIMENTEL – Professor de música do AEPET – SEMTRAS** cantou a música "quem ama não bate" produzida com intuito de orientar de forma lúdica as mulheres que a violência doméstica não deve ser aceitável. Retomando a palavra, a vereadora **ENF. ALBA LEAL (MDB)** solicitou aos participantes que dessem sugestões para que juntos possam trabalhar com mais intensidade nas programações e campanhas de prevenção e combate à violência. Em seguida, fez-se o registro fotográfico, declarando encerrada esta audiência pública. E, para constar, mandou lavrar a presente ata, que traz em anexo a lista de frequência desta audiência.

FREQUÊNCIA DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TRATAR SOBRE OS 17 ANOS DA LEI Nº 11.340, DE 07 DE AGOSTO DE 2006 (LEI MARIA DA PENHA), de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB), realizada no dia 10/08/2023.

NOME/INSTITUIÇÃO
Elisangela Leal - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SIDNEY POMAR FALCÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
Deany Maria Brelg de Carvalho Paraparaz
Thalita Sousa da Silva - MPPA
Jessica Diniz Carvalho - MPPA
Jecilaine Ferreira Silva - CJTA.
Sônia Ribeiro - Patrulha
Ana Clara de Lima Godinho - Mª do Pará
Rodrigo Xavier Campos - Patrulha Maria da Penha - PMPA.
[illegible]
Bruno B. Coutinho
Lauane Mota da Silva - Patrulha Maria da Penha
Edifa da Silva Portela
Raquel Nogueira de Sousa
Ellen Monique Xavier
Hugo Daniel Castro de Almeida
Lucifer Rodrigues do Nascimento
Larissa Ricarda Lysboa Batista - Sensa CM
Vânia de Oliveira Rego - Mª do Pará
Sidiene Silva Sousa CRGBA
Geisa de Oliveira - Assessoria Sombras
[illegible] M. Batista - Sombras
Maria do Socorro Ferreira da Silva
Yara Paripuna - SEMED/CMDM
Procy Costa - CMS
Marcelo André Camelo Pimentel
Elda Oliveira do Nascimento.
Francisca C. de Abreu